

## A ÉTICA E O PÓS-COLONIALISMO: UMA PRÁTICA DE TRADUÇÃO

Giana M. G. Giani de MELLO<sup>1</sup>  
Neuza Lopes Ribeiro VOLLET<sup>2</sup>

- **RESUMO:** Este trabalho foi concebido como uma introdução a algumas das questões levantadas pelos estudos do pós-colonialismo e suas intersecções com os estudos da tradução. Nosso objetivo foi estimular uma reflexão, informada pela noção pós-moderna de negação de significados transcendentais, que determinasse em que medida concepções tradicionais de tradução e do papel reservado ao tradutor poderiam contribuir na construção e conservação de relações assimétricas de poder no encontro entre culturas. A questão da *invisibilidade* do tradutor foi tratada de um ponto de vista ético e diretamente relacionada aos interesses das culturas dominantes na manutenção de hierarquias, tratando-as como naturais e universais e não como sendo construídas a partir de interesses específicos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Pós-colonialismo; tradução; relações assimétricas; culturas; invisibilidade do tradutor.

A intersecção dos estudos pós-coloniais com os estudos da tradução é vista, em princípio, como uma discussão distante dos problemas práticos do dia-a-dia do tradutor, como, por exemplo, a questão da originalidade e fidelidade do texto chamado original e sua tradução. Teorias pós-modernas de linguagem, no entanto, abriram espaço para o reconhecimento de que a tradução não reproduz um texto original está-

---

1 Universidade São Judas – 03166-000 – São Paulo – SP. fgmmello@uol.com.br

2 Unibero – Centro Universitário Ibero-Americano – 01317-001 – São Paulo – SP. volletn@ig.com.br

vel, com significados imunes ao contato de um sujeito interpretante, mas produz um novo texto. Uma vez que, de acordo com a perspectiva pós-moderna, não há possibilidade de um contato direto, não mediado por uma realidade passada ou presente, mas apenas um contato já determinado pelas circunstâncias do analista, o único meio de "entender" a realidade é por meio dos documentos produzidos pela cultura. A tradução é um dos mais importantes documentos culturais a que temos acesso. Arrojo associa a tradução a uma forma de transformação, "uma intervenção inevitável que não pode deixar intocado nenhum de seus participantes: nem o original, nem o tradutor, nem o autor, nem as línguas envolvidas" (1993, p.128). A aceitação de que o significado de um texto não é estável, mas sempre lido de acordo com a ideologia que o produziu e legitimou, possibilita um viés político, um questionamento dos valores que representa. Assim, as traduções podem ser lidas com o intuito de desestabilizar e recusar representações dominantes da realidade, geralmente apoiadas nas "oposições binárias do pensamento metafísico", como explica Derrida. Para o filósofo francês, essas oposições clássicas não partilham de uma "coexistência pacífica", mas de uma "violenta hierarquia", em que um dos termos da oposição governa o outro (1987, p.41). Estabelecer significado, de acordo com esse raciocínio, é também estabelecer as diferenças em polaridades, fornecendo definições que são, em última instância, valores. Alguns termos-chaves, como "Deus", "Sujeito", "Literal", "Consciente", para citar apenas alguns, são privilegiados como centrais, originais, estáveis, puros, plenos, naturais. Em contrapartida, "homem", "objeto", "metafórico", "inconsciente" são termos ditos inferiores da oposição, entendidos como instáveis, derivativos, incompletos, passageiros.

Os estudos pós-coloniais trazem à tona as possíveis implicações desta maneira de ver o mundo, evidenciando as dicotomias comuns no contexto da colonização – "civilizado" e "selvagem", "colonizador" e "colonizado", "cultura/língua superior" e "cultura/língua inferior" – e demonstrando que esse processo de estabelecimento de significado, ou seja, do estabelecimento da diferença como oposição, tem servido a muito da exploração e violência de que o colonialismo é um exemplo flagrante.

Para trabalhar essas questões, propomos a leitura dos seguintes trechos de quatro textos publicados em revistas e jornais de grande circulação. O primeiro texto, de autoria de Marcelo Rubens Paiva, foi publicado pela *Folha de S.Paulo* e tinha como título "Have a sale? Good for you!". Segue-se um trecho do texto:

Avise ao daddy que usei o Mastercard dele. Entrei numa loja no lobby com layout bem cool – todo de neon. Comprei jeans, um coat com zíper, um tennis shoes e uma T-shirt de náilon do Chicago Bulls.

Em um outro artigo intitulado “Yes, nós falamos English”, Fernanda Scalzo aponta para o uso abusivo da língua inglesa em um país que mal fala sua língua oficial. Contando a história de João da Silva, o texto abre o primeiro parágrafo da seguinte forma:

João da Silva teve um dia estressante. Enfrentou um rush danado e chegou atrasado ao meeting com o sales manager da empresa onde trabalha. Antes do workshop com o expert em top marketing, foi servido um brunch, mas a comida era muito light para a sua fome.

Josias de Souza fala do domínio americano simbolizado pela invasão de McDonald's pelo mundo afora. Referindo-se à campanha publicitária com aulas de português, Souza pergunta: “Por que ensinar um dialeto à beira da extinção?”. Abaixo um trecho do texto “Grande Mac”:

Aqui, vai-se ao Playcenter, ao Beto Carrero World, ao Beach Park ... Nos shopping centers, aproveitam-se sales para adquirir produtos com preços 10%, 15% ou 20% off.

O quarto artigo, “Going Global”, é de João Ubaldo Ribeiro e discute também a propagação abusiva da língua inglesa autorizada por nós. Usando estruturas típicas da língua inglesa e palavras inventadas em português, Ribeiro escreve:

Sei que não sou suposto dar título em inglês num jornal brasileiro, mas espero (o ideal seria usar hope, em vez de “esperar”, mas nossa língua é muito pobre e temos de nos resignar) que não me penalizem por isto, porque eu justo sigo a marcha inexorável da História ...

Os quatro trechos apresentados ilustram como valorizamos e damos preferência ao que vem de fora de uma maneira geral, além de lembrarem que os termos em inglês passam a idéia de que o produto é sofisticado e mais moderno já que remetem à cultura “superior”.

Para tentarmos enfatizar as relações dessas preferências com as da colonização, traçamos um percurso via Douglas Robinson (1997), autor de *Translation and empire*.<sup>3</sup>

Tradicionalmente, tradução sempre foi definida como uma tarefa mecânica, impessoal de transferir significados de uma língua de partida para uma língua de chegada – sem alterar o texto na medida do possível. O processo textual ideal aconteceria sem a interferência do mundo real e o tradutor ideal seria aquele que não distorcesse o texto. Dentro dessa tradição, como aponta Robinson (1997), qualquer ligação entre tradução e imperialismo seria improvável senão impossível. No entanto, tentamos apresentar algumas considerações sobre imperialismo para traçarmos um paralelo com a tradução.

Império ou imperialismo estão associados a idéias de invasão e resistência, ocupação e persuasão, domínio e submissão, entre outras. O imperialismo sempre foi explicado como um ganho econômico, como um ganho estratégico, como obrigação moral (povos submetidos a tiranos têm de ser libertados e protegidos) e como forma de darwinismo social (as culturas mais fortes vão naturalmente governar/“ensinar” as mais fracas).

A partir dessa abordagem, tentamos estabelecer, ao longo do trabalho, a relação desses dados com os problemas teóricos e práticos da tradução. O estudo da tradução e imperialismo nasceu nos anos 80, quando se percebeu que a tradução sempre foi um canal indispensável da conquista e ocupação imperiais. Tanto os conquistadores tinham que encontrar um modo de se comunicar com os povos conquistados quanto criar maneiras novas de dominá-los, convertendo-os em pessoas dóceis e cooperativas.

Por isso, a escolha do intérprete sempre foi uma área preocupante. Para atender aos interesses da colonização seria melhor enviar membros lingüisticamente privilegiados para aprender as línguas indígenas ou então ensinar a cultura conquistada a se comunicar na língua imperial. Certamente, era de máxima importância controlar a lealdade dos intérpretes treinados para que servissem ao império e não aos povos conquistados.

Assim, as práticas de tradução sempre foram dependentes de relações de poder e os tradutores sempre sujeitos às vontades e às leis des-

---

3 O livro *Translation and empire* de Douglas Robinson foi utilizado como referência básica em razão do seu caráter introdutório às questões como imperialismo e tradução.

ses poderosos. Essas relações, entretanto, nem sempre foram explícitas. Vicente Rafael (1993), por exemplo, mostra a necessidade de idealização da dominação no encontro entre os colonizadores espanhóis, católicos, e os nativos filipinos que não poderiam ser simplesmente “conquistados” e escravizados, mas “convertidos” – conquistados – para o cristianismo. A tradução seria o meio de atingir esse objetivo.<sup>4</sup> Assim, textos do cristianismo (escritos na língua do conquistador – espanhol) tinham de ser traduzidos para o tagalo (língua nativa das Filipinas) e os missionários tinham de aprender a língua nativa para utilizá-la nas pregações. Rafael (1993) também explora o fato de que, na tradução de textos espanhóis de doutrinação, alguns termos não foram traduzidos para o tagalo. Essas palavras, consideradas intraduzíveis, são os termos-chave da doutrina cristã como, por exemplo, *Dios*, *Espíritu Santo*, *Jesu-cristo*. Para o autor, empregar o “significante *Dios* em vez do tagalo *bathala* pressupunha uma adequação perfeita entre a palavra espanhola e seu referente cristão” (p.29). Diante da diferença, estabelece-se uma hierarquia entre as línguas envolvidas. Pressupõe-se que o tagalo seja intrinsecamente inferior ao espanhol, uma vez que as palavras em tagalo que poderiam ser empregadas na tradução daqueles termos foram consideradas incapazes de transmitir a essência de seu significado cristão, enquanto os termos em espanhol, supostamente, o conservam. Por ser capaz de conservar os significados intocados da palavra de Deus, o espanhol é, conseqüentemente, uma língua superior: “a tradução das línguas foi posta em prática não para apagar a diferença lingüística, mas para reconhecer a sua existência no interior da moldura do comércio divino” (p.28). Para participar do “comércio divino”, é preciso que os povos, cujas línguas e culturas não são adequadas para transmitir a palavra de Deus, sejam transformados de acordo com a imagem dos povos cujas línguas são capazes daquele trânsito. Ao possibilitar essa transformação – por meio da tradução –, o imperialismo justifica-se e deve até ser bem recebido.

Um outro exemplo das relações de poder que envolvem a tradução é o caso de Doña Marina ou Malinche, que ilustra como a tradução fez história. Em 1519, Hernán Cortés, o conquistador espanhol, depositou sua confiança em sua amante e intérprete nativa mexicana Malinche ou Doña Marina. Ela tinha a tarefa de se comunicar com os Naha, habi-

---

4 O exemplo retirado do livro de Vicente Rafael, *Contracting colonialism*, mostra como a sociedade tagalo foi convertida e “domesticada” pelos colonizadores espanhóis.

tantes do território que Cortés estava tentando dominar. Numa das cidades de Nohua, Cortés foi recebido com pedidos de paz, mas dizem que Doña Marina teria ouvido uma mulher da região falar de uma emboscada que os homens daquele território estavam preparando para o grupo de espanhóis. Alertado, Cortés surpreendeu os homens e acabou matando cerca de 3.000 pessoas. Esse fato foi um marco na história da conquista do México pelos espanhóis; quando o rei de Nahuatl ouviu que Cortés havia descoberto e desfeito a trama contra as suas tropas, o rei convenceu-se de que o conquistador era a encarnação do deus Quetzalcoatl. Doña Marina ou Malinche sempre foi vista pelos mexicanos como traidora do seu povo. Seu apelido "the fucked" revela que ela ocupava uma difícil posição política, como uma mulher entre homens, como uma pessoa multilíngüe entre monolíngües.

Depois de ilustrarmos e traçarmos o paralelo tradução e colonização, remetemos ao início do trabalho, que tratava do uso abusivo de palavras estrangeiras (provindas das línguas colonizadoras) nos nossos meios de comunicação e, mais uma vez utilizando parte dos argumentos de Robinson (1997), apresentamos um panorama dos diferenciais de poder em relação à tradução.

Richard Jacquemond, citado no trabalho de Robinson (1997), enumera quatro hipóteses para entendermos as desigualdades que rondam a tradução e, conseqüentemente, o privilégio de certas línguas em relação a outras. Em primeiro lugar, a cultura dominada traduz incomparavelmente mais a cultura hegemônica do que vice-versa. Para se ter uma idéia, dados colhidos em textos da revista *Veja*, por exemplo, indicam que as obras dos ditos países do sul representam 1% ou 2% do mercado das traduções dos países ditos do norte. A literatura desses países, no entanto, é lida em escala absurdamente maior. No ano de 1997, com base nos lançamentos de grandes editoras, 60% das publicações de ficção são traduções do inglês, 26% são obras em português e 14% traduções de outras línguas. Na lista dos mais vendidos em ficção, a proporção é de cerca de dois autores estrangeiros para um nacional. O resultado é que o desenvolvimento da cultura e língua dos países do hemisfério Sul (países do Terceiro Mundo) é diretamente afetado pela língua e cultura dos países do Norte (países do Primeiro Mundo).

Outro dado que consideramos relevante mencionar é o fato de que, no Brasil, as palavras que vêm das áreas de tecnologia, ciência ou medicina, como AIDS, por exemplo, em geral são assimiladas antes de ganhar tradução. É o caso também de *software* (programa), *upgrade* (expansão), *e-mail* (correio eletrônico), entre outros. Produtos, inclusive

nacionais, usam em seus rótulos: *plus, light, vip, master, diet, clean* etc. insinuando que são destinados para um público de maior poder aquisitivo. O lingüista Dino Preti, reforçando a tese de que palavras estrangeiras ajudam a caracterizar e vender certos produtos, diz que termos em inglês são adotados para passar a idéia de que o produto é sofisticado (citado em *Veja*, 9 de abril de 1997).

Lawrence Venuti (1986) explora essa desproporcionalidade em detalhes. Interessado em traduções de e para a língua inglesa, ele observa que, depois de um século de domínio britânico e quase um século de domínio americano, o inglês se impôs como língua hegemônica. Ainda segundo Venuti, até os países europeus que já tiveram poder imperial, como a Espanha e a Itália, traduzem proporcionalmente mais do inglês do que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos traduzem outras línguas.

Em segundo lugar, como aponta Robinson (1997) em seu trabalho, estão o que chama de textos difíceis ou impenetráveis. O autor usa esses termos para as obras da cultura dominada que são traduzidas para a língua dominante. Geralmente, elas são traduzidas por um pequeno grupo de especialistas no ramo e soam pedantes e literais, difíceis ou carregadas de anotações e notas de rodapé que impõem uma leitura especializada, fazendo o leitor "comum" recorrer a um especialista para decifrá-las. Nesses casos, o tradutor subestima o leitor e explica passo a passo esse novo mundo que só ele, tradutor treinado a decifrar os mistérios da outra cultura, é capaz de explicar. Como exemplo, citamos o escritor egípcio Naquib Mahfouz, ganhador do prêmio Nobel de literatura, que escreveu um romance de 77 páginas que teve 54 notas de rodapé na tradução para o inglês. Convém mencionar que o tradutor havia prometido usar notas de rodapé somente quando estritamente necessário.

O terceiro ponto abordado por Robinson (1997) são os estereótipos. A mais simples definição do que seja um brasileiro traz em si vários estereótipos, como pudemos verificar nas definições apresentadas. Dadas as respostas similares, mostramos como o autor acerta ao falar dos estereótipos. Robinson aponta que a cultura dominante só escolhe trabalhos a serem traduzidos que correspondam aos estereótipos que a cultura dominante tem da cultura dominada. Em geral, são imagens simplistas que são, inclusive, internalizadas, incorporadas pela própria cultura dominada. No caso do Brasil, por exemplo, fala-se em carnaval, samba, caipirinha, povo caloroso e receptivo etc.

A quarta e última hipótese apresentada por Robinson refere-se aos textos que são escritos para serem traduzidos. Já é lugar-comum afirmar que, para ser lido atualmente, é necessário que a obra tenha sido escrita em inglês. De acordo com essa perspectiva, alguns escritores dos países do sul já escrevem prevendo a futura tradução de seu texto para o inglês. Um exemplo bem-sucedido dessa postura é o do poeta indiano Tagore, ganhador do prêmio Nobel de literatura, que escreveu em bengali e é mundialmente conhecido por suas próprias traduções. Utilizando o texto de Sherry Simon (1996), resumimos alguns pontos relevantes para a nossa discussão. Como aponta Simon, Tagore assume plena responsabilidade sobre as versões inglesas de sua obra. O paradoxo dessa escolha é que seus próprios esforços para traduzir-se a si mesmo continuam a ser o maior impedimento para a apreciação do maior poeta moderno da Índia por aqueles que não têm outra escolha se não lê-lo em inglês. Tagore assumiu que as diferenças culturais de sua poesia em bengali seriam toleradas somente ao ponto em que fossem assimiláveis pelo cânon inglês literário.

O inglês é a língua franca porque, como já falamos anteriormente, durante um século e meio, primeiro o império britânico e depois o americano dominaram e dominam o mundo política – econômica – militar e culturalmente. O impacto desse diferencial de poder (o domínio em tantas áreas durante tanto tempo) direciona o modo de pensar, sentir e escrever. No Brasil, existem milhares de escolas de inglês, além das escolas chamadas internacionais que, primeiramente, aceitavam somente filhos de diplomatas e de executivos de multinacionais. Agora, essas escolas têm como a maioria dos seus alunos filhos de brasileiros. Os pais estão convencidos de que alfabetizar as crianças numa língua estrangeira é uma das melhores providências a tomar quanto ao futuro de seus filhos. É comum ouvirmos de pais e professores frases como “você não serão nada se não souberem inglês”, “o inglês abre portas” etc.

Nesse ponto, em que julgamos esclarecidas algumas das básicas relações entre tradução e império, propomos uma reflexão mais ampla sobre a questão ética da tradução no contexto que acabamos de descrever, ou seja, o das relações assimétricas de poder entre uma cultura dominante e uma cultura dominada. A ética de tradução tradicional tem como ponto de apoio uma visão hierárquica estável das dicotomias autor e tradutor ou texto original e texto traduzido, em que os primeiros são associados à criação e os segundos ao que é simplesmente derivativo. Daí decorre que o tradutor deverá manter uma postura protetora dos significados originais, ou seja, o tradutor deverá ser fiel ao autor e

seu texto. Para atingir esse estado ideal, confia-se em noções como objetividade, sistematização, neutralidade, racionalidade. Revendo algumas das situações já descritas, procuramos explorar o confronto entre o desejo básico que norteia a noção dominante de ética e a contingência do ato tradutório, qual seja o de estar vinculado a normas e valores sociais e culturais e sempre no interior de um momento histórico determinado. Ou seja, o tradutor não trabalha do “lado de fora” de uma situação. Sua leitura é sempre localizada e, portanto, sempre provisória. A ética que prescreve a “invisibilidade” (Venuti, 1986) do tradutor está ao mesmo tempo reduzindo a sua responsabilidade diante dos significados que produz, está desencorajando a construção de um nome autoral e impedindo que esse nome, associado à tradução que produziu, sinalize o seu inevitável comprometimento com os valores de sua época e da comunidade que legitimou o seu trabalho.

Como conclusão, podemos dizer que a reflexão sobre ética de tradução num contexto de relações assimétricas de poder entre culturas passa necessariamente pelo questionamento daqueles pressupostos. Nessa situação, em que as óbvias desigualdades têm levado, não poucas vezes, a trágicas conseqüências para a parte mais fraca, a ética da fidelidade a valores estáveis e universais oculta os vínculos da tradução com uma ideologia, uma prática política e social e sugere neutralidade onde há interesse, harmonia onde há conflito.

MELLO, G. M. G. de, VOLLET, N. L. R. Ethics and postcolonialism: a practice in translation. *Alfa (São Paulo)*, v.44, n.esp., p.169-178, 2000.

- **ABSTRACT:** *This paper has been conceived as an introduction to some of the questions that emerge from postcolonial studies and their intersections with translation studies. The aim of this work was to stimulate reflection, based on the post modern notion of denying transcendental meanings, that determined to what extent traditional conceptions of translation and of the translator's role could contribute to the construction and maintenance of the asymmetrical relations of power when cultures meet. The question of the translator's invisibility has been dealt with from an ethical point of view and directly related to the interests of the dominant cultures in maintaining hierarchies, treating them as natural and universal and not as being built out of specific interests.*
- **KEYWORDS:** *Post-colonialism; translation; asymmetrical relations; cultures; translator's invisibility.*

## Referências bibliográficas

- ARROJO, R. A literatura como fetichismo. Algumas conseqüências para uma teoria da tradução. In: \_\_\_\_\_. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p.115-30.
- DERRIDA, J. *Positions*. Trad. Alan Bass. London: The Athlone Press, 1987.
- PAIVA, M. R. Have a sale? Good for you. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 23 de nov., 1997. Caderno São Paulo.
- RAFAEL, V. L. *Contracting colonialism: translation and Christian conversion in Tagalog society under Spanish rule*. Durham: Duke University Press, 1993.
- ROBINSON, D. *Translation and empire: postcolonial theories explained*. Manchester: St. Jerome, 1997.
- SCALZO, F. Yes, nós falamos English. *Veja*, p.124, 9 de abr., 1997.
- SIMON, S. *Gender in translation: cultural indentity and the politics of transmission*. London: Routledge, 1996.
- VENUTI, L. The translator's invisibility. *Criticism*, v.28, n.2, p.179-212, Spring 1986.

## Bibliografia consultada

- CHEYFITZ, E. *The poetics of imperialis: translation and colonization from the Tempest to Tarzan*. New York: Oxford University Press, 1991.
- NIRANJANA, T. *Siting translation: history, post-structuralism and the colonial context*. Berkeley: University of California Press, 1996.